

Aditivos para Aumento de Capital	12b	1.287.635.508,33	881.998.604,90
Reserva de Reavaliação	12c	147.344.629,61	153.127.102,63
Prejuízos Acumulados		-3.240.412.463,42	(2.977.760.076,24)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.946.658.178,64	1.790.279.477,71

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

JOSÉ ANTONIO DE ANGELIS Presidente	MAURICIO OTÁVIO DE ALMEIDA Diretoria de Mercado
JOSÉ ANTONIO LIMA DE SOUZA Diretoria Financeira	GILBERTO DA SILVA DRAGO Diretoria de Operações
FERNANDA REGINA DE PINHO PAES Diretoria de Gestão de Pessoas e Logística	NAGIB CHARONE FILHO Diretoria de Expansão e Tecnologia

ALESSANDRA ESTEVES DA ROCHA

Contador - CRC-PA-011073/O-1

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de Dezembro: (Valores em Reais)

	Notas Explicativas	2020	2019
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	13	379.844.545,70	332.720.459,21
Custo dos Serviços	14	(323.240.845,15)	(294.837.277,78)
LUCRO BRUTO		56.603.700,55	37.883.181,43
DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS			
Despesas Comerciais		(167.233.207,79)	(143.518.173,51)
Pessoal		(6.165.322,09)	(4.834.896,97)
Serviços de Terceiros		(37.322.968,22)	(25.492.212,89)
Depreciação, Provisões e Amortização		(123.618.225,88)	(108.243.313,05)
Outras		(126.691,59)	(4.947.750,59)
Despesas Gerais e Administrativas		(76.033.714,29)	(67.869.546,40)
Pessoal		(59.117.701,42)	(49.904.571,20)
Serviços de Terceiros		(13.155.502,02)	(9.078.168,02)
Depreciação, Provisões e Amortização		(345.836,26)	(6.121.300,91)
Tributárias		(16.139,56)	(40.551,40)
Outras		(3.398.535,02)	(2.724.954,87)
Despesas/Receitas Financeiras		(102.660.735,37)	(82.663.845,13)
Juros e Encargos Financeiros		(79.836.424,13)	(88.864.630,16)
Variações Monetárias e Cambiais		(29.356.166,88)	(3.069.796,38)
Receitas Financeiras		6.531.855,64	9.270.581,41
Outras Despesas/Receitas Operacionais		17.910.246,97	7.683.137,40
Ressarcimento e indenizações		20.412.906,17	10.405.767,43
Outras Receitas		583.062,79	329.825,28
Outras Despesas		(3.085.721,99)	(3.052.455,31)
LUCRO/PREJUÍZO ANTES DA TRIBUTAÇÃO		(271.413.709,93)	(248.485.246,21)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(271.413.709,93)	(248.485.246,21)
Prejuízo por lote de 1.000 ações		(118,01)	(108,04)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de Dezembro: (Valores em Reais)

	2020	2019
Prejuízo do exercício	(271.413.709,93)	(248.485.246,21)
Outros Resultados Abrangentes	-	-
Resultado Abrangente Total do Exercício	(271.413.709,93)	(248.485.246,21)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro: (Valores em Reais)

	Capital Social	Crédito para Aumento de Capital	Reserva de Reavaliação	Prejuízos Acumulados	Total
Saldo em 31/12/2018	2.300.000.000,00	658.654.983,83	158.987.546,12	(2.738.154.289,88)	379.488.240,07
Realização da Reserva de Reavaliação	-	-	(5.860.443,49)	5.860.443,49	-
Reversão da Provisão de Tributos sobre Reserva de Reavaliação	-	-	-	3.019.016,36	3.019.016,36
Crédito para Aumento de Capital	-	223.343.621,07	-	-	223.343.621,07
Prejuízo Líquido do Exercício	-	-	-	(248.485.246,21)	(248.485.246,21)
Saldo em 31/12/2019	2.300.000.000,00	881.998.604,90	153.127.102,63	(2.977.760.076,24)	357.365.631,29
Realização da Reserva de Reavaliação	-	-	(5.782.473,02)	5.782.473,02	-
Reversão da Provisão de Tributos sobre Reserva de Reavaliação	-	-	-	2.978.849,73	2.978.849,73
Crédito para Aumento de Capital	-	405.636.903,43	-	-	405.636.903,43
Prejuízo Líquido do Exercício	-	-	-	(271.413.709,93)	(271.413.709,93)
Saldo em 31/12/2020	2.300.000.000,00	1.287.635.508,33	147.344.629,61	(3.240.412.463,42)	494.567.674,52

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

Exercícios findos em 31 de Dezembro: (Valores em Reais)

	2020	2019
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Prejuízo Líquido do Exercício	(271.413.709,93)	(248.485.246,21)
Reversão de Depósitos Judiciais	2.107.769,57	-
Reversão de provisão Contingência Trabalhistas e cíveis	(11.209.998,93)	(18.768.463,80)
Provisão/Reversão de IR e CSLL Diferido s/ Prejuízo Fiscal	2.978.849,73	3.019.016,36
Provisão para Contingências Trabalhistas/ Cíveis	1.882.838,73	5.802.962,05
Reversão Provisão de Férias	(9.203.270,24)	-
Depreciação	38.561.072,42	39.153.322,56
Custos das Baixas do Ativo Permanente	2.334,72	8.180,58
Transferência do Longo para o Curto Prazo	(310.888.010,15)	-
Variações Monetárias e cambiais s/ Financiamentos	93.755.799,79	(51.149.774,01)
Variações nas Contas do Ativo	(23.577.699,00)	(4.448.471,01)
Contas a Receber de Clientes	(21.257.433,78)	(7.653.570,86)
Impostos e Contribuições a Recuperar	(2.417.444,75)	(737.142,12)
Estoques	131.162,21	773.436,63
Outras Contas a Receber	(560.121,17)	(831.795,50)
Deposito Judicial	526.138,49	4.000.600,84
Variações nas Contas do Passivo	372.056.246,03	187.078.850,88
Financiamento Externo	(676.000,00)	72.000,00
Fornecedores	(17.073.511,24)	(6.568.473,28)
Impostos e Contribuições a Recolher	389.367.874,62	193.033.203,28
Parcelamento de Tributos	1.423.994,24	-
Contingências Judiciais e Fiscais	803.223,37	661.311,54
Provisões Trabalhistas	(1.882.838,00)	45.714,31
Outras Contas a Pagar	93.503,04	(164.904,97)
Transferência do Longo Prazo para o Curto Prazo	(114.947.777,99)	(87.789.622,60)
Disponibilidades Líquidas Geradas - Atividades Operacionais	(114.947.777,99)	(87.789.622,60)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aplicação no Ativo Permanente	(167.176.124,27)	(118.321.107,47)
Sistema de Abastecimento de Água	(143.646.939,23)	(-113.392.113,18)
Sistema de Esgotamento Sanitário	(22.372.124,65)	(4.233.901,46)
Bens de Uso Geral	(1.157.060,39)	(695.092,83)
Disponibilidades Geradas - Atividades de Investimento	(167.176.124,27)	(118.321.107,47)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Financiamentos	289.183.518,35	223.343.621,07
Adiantamentos para Futuros Aumentos de Capital	289.183.518,35	223.343.621,07
Ajustes Exercícios Anteriores	-	-
Disponibilidades Geradas - Atividades de Financiamentos	289.183.518,35	223.343.621,07
VARIAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES	7.059.616,09	17.232.891,00
No Início do Exercício	21.554.806,01	4.321.915,01
No Final do Exercício	28.614.422,10	21.554.806,01
AUMENTO/REDUÇÃO DAS DISPONIBILIDADES	7.059.616,09	17.232.891,00

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA DVA

Exercícios findos em 31 de Dezembro: (Valores em Reais)

DESCRIÇÃO	2020	2019
1 - RECEITA	313.022.157,63	266.282.311,86
1.1) Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	418.623.307,30	366.551.281,18
1.2) Provisão para Perda de Crédito e Liquidação Duvidosa	(123.615.934,17)	(107.952.106,66)
1.3) Outras Receitas/Despesas	18.014.784,50	7.683.137,40
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui ICM e IPI)	203.012.282,20	181.571.901,11
2.1) Matéria-prima Consumida	1.268.574,63	1.177.918,39
2.2) Custo das Mercadorias e Serviços Vendidos	286.962,29	664.663,73
2.3) Materiais, Energia, Serviço de Terceiros e Outros	44.103.939,46	96.796.064,57
2.4) Serviços de Terceiros e Despesas Gerais	157.353.405,82	82.933.254,42
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	110.009.275,43	84.710.410,75
4 - RETENÇÕES	38.561.072,42	39.298.047,08
4.1) Depreciação, Amortização e Exaustão	38.561.072,42	39.298.047,08
5 - VALOR ADICIONADO LÍQ. PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	71.448.203,01	45.412.363,67
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	6.531.855,64	9.270.581,41
6.1) Receitas Financeiras	6.531.855,64	9.270.581,41
7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	77.980.058,65	54.682.945,08
8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	77.980.058,65	54.682.945,08
8.1) Pessoal e Encargos	201.406.276,41	177.362.391,44
- Direta	141.023.094,83	104.936.185,88
- Encargos	30.562.628,17	36.985.153,13
- Benefícios	29.820.553,41	35.441.052,43

8.2) Impostos, Taxas e Contribuições	38.794.901,16	33.871.373,31
- Federal	38.778.761,60	33.830.821,91
- Municipal	16.139,56	40.551,40
8.3) Juros e Variações Monetárias	109.192.591,01	91.934.426,54
8.4) Prejuízo Retido	(271.413.709,93)	(248.485.246,21)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

(Valores em Reais)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL.

A Companhia de Saneamento do Pará - COSANPA é uma Sociedade por Ações de Economia Mista criada pelo Governo do Estado do Pará nos termos da Lei Estadual nº. 4.336 de 21 de dezembro de 1970, com as alterações introduzidas pela Lei nº. 4.416, de 24 de outubro de 1972 e Lei Estadual nº. 7.060, de 23 de novembro de 2007.

A companhia tem por objetivo social a prestação do serviço público de abastecimento de água potável, constituído pelas atividades, infraestrutura e instalações necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e respectivos instrumentos de medição e a prestação de serviço público de esgotamento sanitário, constituído pelas atividades, infraestrutura e instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações até o seu lançamento final no corpo receptor.

Com o advento da Lei nº 11.445/2007, foi estabelecido o novo marco regulatório do saneamento no país, devendo todas as instâncias envolvidas em tais atividades se adequarem à nova Lei. O estado do Pará aprovou junto a Assembleia Legislativa a Lei nº 6.099 de 30 de novembro de 1997, criando as microrregiões de saneamento básico, relativo aos serviços de abastecimento de água e esgotos sanitários criando-se ainda a agência reguladora ARCON.

A Companhia de Saneamento do Pará opera em 53 municípios e está em processo de regularização das concessões, segundo a Lei Nacional de Diretrizes de Saneamento Básico, Lei 11.445/2007.

Os contratos de programas celebrados até dezembro de 2020 foram com os municípios de: Alenquer, Ananindeua, Belém, Breves, Castanhal, Marituba, Monte Alegre e Santarém. Total de 08 municípios.

Existe concessão anterior a Lei do Saneamento, e a Constituição Federal de 1988, porém, ainda vigente no município de: Inhangapi. Total de 01 município.

Foram celebrados convênios de Cooperação com os seguintes municípios: Abaetetuba, Anajás, Bragança, Breu Branco, Cachoeira do Arari, Capanema, Conceição do Araguaia, Dom Eliseu, Faro, Igarapé Miri, Itaituba, Magalhães Barata, Marabá, Marapanim, Mocajuba, Moju, Nova Timboteua, Obidos, Ourém, Oriximiná, Ponta de Pedras, Portel, Prainha, Salinópolis, Salvaterra, São Félix do Xingu, Santa Luzia do Pará, Santa Maria das Barreiras, Santa Maria do Pará, Soare, Terra Santa, Tracuateua, Vigia e Viseu. Total de 34 municípios.

Municípios com Concessões vencidas: Afuá, Augusto Corrêa, Capitão Poço, Jacundá, Limoeiro do Ajuru, Oeiras do Pará, Peixe Boi, São Caetano de Odivelas, São Francisco do Pará e Tailândia. Total de 10 municípios.

Em dezembro de 2019, foi celebrado o 1º Novo Negócio da COSANPA, em 20 anos, o Convênio de Cooperação com o município de Senador José Porfírio, que vamos trabalhar para regularizar essa concessão.

A partir da assinatura de Contrato de Programa com o município de Belém, em novembro de 2015, a COSANPA passou a atuar no cenário de regulação, através da agência reguladora municipal, a AMAE Belém e em 13 maio de 2020, a Lei Ordinária Nº 9576 transformou a Agência AMAE/BELÉM em ARBEL. O município de Santarém assinou em 2016 o convênio de cooperação com a agência reguladora ARCON, portanto já está oficialmente sendo regulado. Os demais municípios com Contratos de Programa assinados delegaram a regulação para o Estado, ainda é necessário que os municípios celebrem um convênio com a ARCON, para iniciar o processo de regulação.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS.

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis emanadas pela Legislação Societária Brasileira, além dos pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e das Normas Brasileiras de Contabilidade do Conselho Federal de Contabilidade - CFC, em vigor até a data da elaboração das demonstrações contábeis.

A empresa não realizou o teste de recuperabilidade (Impairment) dos seus ativos (IAS 36), considerando que avaliações preliminares e comparativas com empresas do mesmo ramo de atividade, bem como a reavaliação parcial dos ativos efetuadas no exercício de 2003 indicam que os mesmos se encontram subavaliados, que demandaria um novo processo de avaliação de ativos e neste caso, a Companhia não vislumbrou oportunidades que justificassem o investimento, e optou pela não realização dessa avaliação dos ativos bem como pela manutenção das atuais taxas de depreciação por considerá-las adequadas.

NOTA 3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS.

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia são as seguintes:

Contas a Receber de Clientes

Incluem os serviços faturados decorrentes do abastecimento de água e coleta de esgoto, ainda não recebidos e ou renegociados, com base no consumo medido ou estimado entre a data da última leitura e o final de cada mês, ajustadas por provisão constituída em montante julgado suficiente pela administração para cobrir eventuais perdas decorrentes de não realização.

Provisão para Perdas na Realização de Crédito

Foram constituídas com base na análise dos valores vencidos e em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais perdas nas realizações das contas a receber de clientes.

Depósitos Judiciais

São registrados pelo valor original do depósito.

Almoxarifado

O estoque de materiais destinados à operação e manutenção dos sistemas é registrado ao custo médio de aquisição. Os valores contabilizados não excedem seus custos de reposição ou de realização.

Intangível

A Companhia, em atendimento a Lei nº 11.638/07, Interpretação Técnica ICPC 01 e nº Lei 11.445/07, apropriou no intangível os bens patrimoniais vinculados a operação. Serviços públicos comuns aos municípios de regiões metropolitanas, como saneamento básico e transporte, devem ser geridos por um conselho integrado pelo estado e pelos municípios envolvidos. "A região metropolitana deve, como ente colegiado, planejar, executar e funcionar como poder concedente dos serviços de saneamento básico, inclusive por meio de agência reguladora se for o caso, de sorte a atender ao interesse comum e à autonomia municipal". Foram mantidas as mesmas taxas de depreciação para as amortizações.

Imobilizado

Está registrado pelo custo de aquisição ou construção, incluindo reavaliação parcial dos bens procedida em anos anteriores. As depreciações são calculadas pelo método linear, a taxas variáveis de acordo com a vida útil estimada dos bens. O imobilizado ainda não foi submetido ao teste de recuperabilidade conforme nota explicativa nº 2.

Obras em Andamento

Os investimentos em obras são registrados ao custo da aquisição.

Imposto de Renda e Contribuição Social

Quando apurados, são registrados com base no lucro tributável e alíquotas vigentes, sendo para o IRPJ 15% mais adicional de 10% aplicável sobre o lucro excedente ao limite estabelecido pela legislação, e para a Contribuição Social 9%.

O imposto de renda e contribuição social diferido, apurados sobre a reserva de reavaliação parcial dos bens, procedidas em anos anteriores, foram calculadas com base nas alíquotas vigentes desses impostos e registrados no passivo não circulante.

Passivo Circulante e Passivo Não Circulante

Os registros são efetuados pelos valores reais ou estimados e, quando aplicável, atualizados pro-rata-die de conformidade com os indicadores e índices pactuados.

Reserva de Reavaliação

É realizada na proporção da depreciação apurada dos ativos reavaliados.

Despesas Capitalizáveis

Os gastos com pessoal envol

Descrição por Conta	2020	2019
Sistema de Água	889.115.703,60	886.978.195,90
Sistema de Esgoto	51.538.159,84	51.538.159,84
Sistema de Água - Reavaliação	326.447.740,65	326.447.740,65
Sistema de Esgoto - Reavaliação	3.849.832,64	3.849.832,64
Sub-total	1.270.951.436,73	1.268.813.929,03
Amortização Acumulada - Sistema de Água	(468.973.962,86)	(441.579.593,97)
Amortização Acumulada - Sistema de Esgoto	(16.367.470,48)	(15.191.380,54)
Amortização Acumulada - Reavaliação	(108.046.420,31)	(99.289.527,08)
Total	677.563.583,08	712.753.427,44

Descrição	2020					2019	
Por Natureza	Taxa	Custo	Reavaliação	Amortização Custo	Amortização Reavaliação	Valor Líquido	Valor Líquido
Terrenos	0,0	46.810.037,04	58.179.120,54	2.051,65	0,00	104.987.105,93	104.987.105,93
Poços	5%	20.720.493,87	1.735.562,91	10.009.478,95	1.731.007,38	10.715.670,45	11.126.733,53
Barragem	3%	0,00	4.534.917,51	0,00	2.935.276,90	1.599.640,61	1.774.333,73
Construção Civil	4%	241.855.769,44	92.285.196,28	132.557.702,77	87.736.853,04	113.846.409,91	121.771.338,79
Instalações	10%	48.857.166,76	876.676,57	42.234.348,14	827.439,49	6.672.055,70	11.095.601,59
Hidrômetros	10%	8.370.128,08	0,00	7.743.247,05	0,00	626.881,03	775.798,63
Ligações Prediais	5%	16.760.530,46	4.170.670,08	9.598.856,90	2.399.326,48	8.933.017,16	10.050.528,92
Tubulações	2%	374.963.070,13	264.825.981,96	141.664.701,59	90.616.882,34	407.507.468,16	423.611.694,93
Equipamentos	10%	67.828.890,31	17.928.179,72	48.890.966,48	14.241.279,91	22.624.823,64	27.505.474,28
Equip. Informática	20%	17.759,10	0,00	17.086,28	0,00	672,82	1.900,08
Máquinas/Tratores	25%	0,00	14.170,00	0,00	14.170,00	0,00	0,00
Veículos	20%	170.464,08	21.000,00	138.033,45	3.760,08	49.670,55	52.644,39
Ferramentas	20%	0,00	25.651,89	0,00	25.384,77	267,12	272,64
Total		826.354.309,27	444.597.127,46	392.856.473,26	200.531.380,39	677.563.583,08	712.753.427,44

b) Imobilizado

Em 31 de dezembro apresenta a seguinte composição:

Descrição	2020	2019
Em Operação		
Sistema de Água	3.765.642,04	3.765.042,05
Bens de uso Geral	32.233.628,74	31.076.568,40
Bens de uso Geral - Reavaliação	7.081.875,75	7.081.875,75
Sub-total	43.081.146,58	41.923.486,20
Depreciação Acumulada - Sistema de Água	(3.740.162,55)	(3.733.886,47)
Depreciação Acumulada - Bens de Uso Geral	(28.506.448,19)	(27.388.617,16)
Depreciação Acumulada - Reavaliação	(6.083.589,96)	(6.079.160,44)
Total em Operação	4.750.945,88	4.721.822,13
Em Construção		
Sistema de Água	805.753.442,83	678.807.359,36
Sistema de Esgoto	134.911.756,08	112.539.631,43
Bens de Uso Geral	18.900,00	18.900,00
Gerenciamento de Projeto	30.424.059,19	15.861.311,12
Implantação de Software	1.418.075,00	1.418.075,00
Obras em Processo de Imobilização	138.110,67	138.110,67
Total em Construção	972.664.343,77	808.783.387,58
Total do Imobilizado	977.415.289,65	813.505.209,71

Descrição	2020					2019	
Por Natureza	Taxa	Custo	Reavaliação	Depreciação Custo	Depreciação Reavaliação	Valor Líquido	Valor Líquido
Terrenos	0,0	0,01	1.010.262,22	0,00	0,00	1.010.262,23	1.010.262,23
Poços	5%	247.432,48	0,00	247.432,48	0,00	0,00	0,00
Construção Civil	4%	4.293.451,48	10.337.893,75	4.126.284,00	10.318.279,35	186.781,88	205.370,12
Instalações	10%	348.319,16	181.756,35	348.319,16	181.756,35	0,00	0,00
Hidrômetros	10%	1.432,16	1.438,94	1.432,16	1.438,94	0,00	0,00
Tubulações	2%	6.678,69	90.760,65	6.678,69	88.603,18	2.157,47	3.808,31
Equipamentos	10%	7.697.436,83	669.218,47	6.104.126,82	655.263,45	1.607.265,03	1.973.017,95
Móveis Utensílios	10%	2.620.273,83	96.395,28	1.385.186,55	96.395,28	1.235.087,28	277.122,18
Equip Informática	20%	3.147.495,47	6.529,72	2.619.208,62	6.529,72	528.286,85	488.401,08
Máquinas/tratores	25%	831.062,27	31.404,94	831.062,27	31.404,94	0,00	0,00
Veículos	20%	9.896.817,70	1.465.643,79	9.803.278,26	1.465.643,79	93.539,44	676.274,56
Ferramentas	20%	73.782,61	25.659,78	7.084,22	4.792,47	87.565,70	87.565,70
Total	***	29.164.182,69	13.916.963,89	25.480.093,23	12.850.107,47	4.750.945,88	4.721.822,13

NOTA 7 – FINANCIAMENTOS.

a) Os financiamentos obtidos junto ao consórcio de bancos liderados pelo Midland Bank PLC tiveram por objetivo carrear recursos para o programa de Saneamento Básico do Governo do Estado do Pará e Prefeitura Municipal de Belém, garantidos por aval da República Federativa do Brasil cuja responsabilidade pelo pagamento é do Governo do Estado. A atualização cambial do valor principal e dos juros ocorre através da variação mensal da moeda norte-americana (dólar), cujo vencimento final seria em 11/04/2024. Em outubro de 2020, ocorreu a quitação do financiamento.

b) Os financiamentos tiveram a seguinte movimentação no exercício:

	2020	2019
Saldo Inicial	79.367.724,47	76.901.928,09
Juros Provisionados	-	3.990.259,59
Varição Cambial Incorrida	-	3.069.796,38
Juros Pagos	(79.367.724,47)	(3.918.259,59)
Saldo Final	-	80.043.724,47
Parcelas a Curto Prazo	-	676.000,00
Parcelas a Longo Prazo	-	79.367.724,47

NOTA 8 – IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

Em 31 de dezembro apresenta a seguinte composição:

Descrição	2020	2019
Parcelamento - Ordinário	22.766.839,27	5.641.916,44
Parcelamento - PGFN - Justiça Federal	-	312.093.754,17
Depósito Vinculado - Justiça Federal	-	(25.831.376,96)
Parcelamento ICMS	15.991,88	22.180,13
Impostos e Contribuições a Recolher	1.231.597.160,24	828.018.069,27
Total	1.254.379.991,39	1.119.944.543,05
Curto Prazo	1.233.021.154,48	842.229.285,62
Longo Prazo	21.358.836,91	277.715.257,43

a) A Companhia possui parcelamento ordinário dos tributos celebrados entre a Companhia de Saneamento do Pará, SESA e SENAI. Os parcelamentos possuem a seguinte composição em 31 de dezembro:

Descrição	2020	2019
SESA	3.695.830,47	4.027.791,21
SENAI	3.314.806,32	3.627.949,63
Total	7.010.636,79	7.655.740,84
Curto Prazo	378.953,34	241.341,18
Longo Prazo	6.631.683,45	7.049.895,47

b) A Companhia possuía parcelamento ordinário dos tributos celebrados entre a Companhia de Saneamento do Pará e Receita Federal do Brasil - RFB. Os parcelamentos possuem a seguinte composição em 31 de dezembro:

Descrição	2020	2019
PREVIDENCIÁRIO	-	-
NÃO PREVIDENCIÁRIO	15.942.476,18	-
Total	15.942.476,18	-
Curto Prazo	1.215.322,72	-
Longo Prazo	14.727.153,46	-

c) A COSANPA e a União, através da sua Procuradoria Fazendária firmaram um acordo judicial de parcelamento de débitos de tributos e contribuições sociais vencidos até dezembro de 2013, inscritos na Dívida Ativa da União até dezembro de 2013, ajuizados ou não ajuizados, no montante de R\$ 255.073.320,68 em 240 parcelas corrigidas pela taxa SELIC. Os valores das parcelas estão sendo depositadas em conta vinculada à justiça Federal, corrigidas pela taxa SELIC e serão convertidas em renda por ocasião de amortização das parcelas acordado entre a Companhia de saneamento do Pará e a Procuradoria Geral da fazenda Nacional. No exercício de 2018 foi convertido em renda o e amortizado na dívida o valor de R\$ 19.716.870,89. Em 2020 com a inadimplência, os valores devidos foram incorporados à Dívida ativa junto a PGFN:

Descrição	2020	2019
Parcelamento - PGFN - Justiça Federal	-	312.093.754,17

	2020	2019
Depósito Vinculado - Justiça Federal	-	(25.831.376,96)
Total	-	286.262.377,21
Curto Prazo	-	12.460.027,67
Longo Prazo	-	273.802.349,54

NOTA 9 – CONTINGÊNCIA TRABALHISTA A PAGAR

O valor da contingência se refere ao Acordo Coletivo de Trabalho da data base 2015/2016 que foi ajuizado o dissídio coletivo. O mesmo está dependendo de decisão do Tribunal Superior do Trabalho - TST. Por mudança de critério a Companhia aplicou o Índice INPC em Dezembro 2020 de 5,1979% para atualizar o valor provisionado.

Em 31 de dezembro apresenta a seguinte composição:

Descrição	2020	2019
Contingência a Pagar	16.256.088,02	15.452.864,65
Total	16.256.088,02	15.452.864,65
Curto Prazo	16.256.088,02	15.452.864,65
Longo Prazo	-	-

NOTA 10 - PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIA, QUESTÕES TRABALHISTAS E CÍVEIS.

A Companhia é parte em diversos processos judiciais que surgem no curso normal de seus negócios e as provisões foram constituídas com base nas informações apresentadas pela Assessoria Jurídica da Companhia, levando em consideração as probabilidades de perdas existentes em cada ação utilizando o critério de risco provável. A Companhia acredita que os montantes de provisões constituídas são suficientes para cobrir as perdas prováveis e paralelamente foram efetuados depósitos judiciais para diversos processos, que serão recuperados somente no caso de julgamento favorável à Companhia. As declarações de rendimentos, assim como os tributos e contribuições sociais, estão sujeitos a revisão e eventual lançamento adicional por parte das autoridades fiscais durante um prazo de cinco anos. Não se encontra lavrado contra a companhia nenhum auto de infração e nem indicação relacionada com os impostos federais que não estejam reconhecidos.

Em 31 de dezembro a posição dos depósitos judiciais e das provisões para ações cíveis e trabalhistas é seguinte:

Descrição	Depósitos Judiciais		Provisão Para Contingências	
	2020	2019	2020	2019
Trabalhista e Cível	1.248.434,94	1.879.181,34	(36.574.107,40)	(50.750.701,01)
Depósito Recursal	2.996.130,47	2.891.522,56	-	-
Total	4.244.565,41	4.770.703,90	(36.574.107,40)	(50.750.701,01)

As provisões trabalhistas estão relacionadas a reclamações movidas, principalmente, por ex-empregados da Companhia reclamando diferenças salariais e encargos trabalhistas.

As provisões cíveis relacionam-se a pedidos de indenizações em decorrências de ações por reclamações de danos causados a terceiros, desapropriações e pelo não pagamento a fornecedores.

As provisões cíveis Possíveis referentes a pedidos de indenizações em decorrências de ações por reclamações de danos causados a terceiros, desapropriações e pelo não pagamento a fornecedores são de R\$ 47.967.848,16

NOTA 11 – PROVISÕES TRABALHISTAS.

Provisões trabalhistas constituídas referentes a férias e encargos sobre férias.

Descrição	2020	2019
Provisões de Férias	10.036.351,41	11.414.884,29
Provisões FGTS e INSS sobre Férias	3.689.743,71	4.194.865,49
Total	13.726.095,12	15.609.749,78

NOTA 12 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO.

a) Capital Social.
No exercício de 2019 não houve integralização de capital. O capital social subscrito da companhia está composto de 2.300.000.000 ações, sendo 2.206.355.811 ordinárias e 93.644.189 preferenciais. Ações Preferenciais não dão direito a votos, mas podem ser conversíveis em ações Ordinárias, com prioridade na percepção de dividendos mínimos de 6% a.a. e no reembolso de Capital, sem prêmio, no caso de liquidação da sociedade, e participam em igualdade de condições com as ações Ordinárias nas bonificações em novas ações da mesma classe, decorrentes da capitalização de lucros e reservas. O valor do capital social autorizado da Companhia é de R\$ 3.300.000.000,00, aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária de 27 de abril de 2018.

A composição acionária é a seguinte:

Acionistas	Numero de Ações				Total	
	Ordinárias	%	Preferenciais	%		%
Governo do Estado do Pará	2.205.979.611	99,98	93.644.189	100	2.299.623.800	99,98
Demais Acionistas	376.200	0,02	-	-	376.200	0,02
Total	2.206.355.811	100	93.644.189	100	2.300.000.000	100

b) Créditos para Aumento de Capital
Os créditos para aumento de capital tiveram a seguinte movimentação:

Descrição	2020	2019
Saldo Inicial	881.998.604,90	658.654.983,83
Recursos Recebidos do Governo do Estado	405.636.903,43	223.343.621,07
Integralização de Capital	-	-
Saldo Final	1.287.635.508,33	881.998.604,90

c) Reserva de Reavaliação

Está sendo realizada anualmente mediante a depreciação apurada sobre os bens reavaliados. Em 2020 foi realizado o montante de R\$ 5.782.473,02 (R\$ 5.860.443,49 em 2019).

NOTA 13 – RECEITAS OPERACIONAIS

A composição das receitas operacionais, por natureza, é a seguinte:

	2020	2019
RECEITA BRUTA	435.788.854,56	378.587.828,45
Receita de Serviço de Água	385.672.267,65	334.512.645,45
Receita de Serviço de Esgoto	45.809.408,43	36.238.651,34
Outros Serviços	4.307.178,48	7.836.531,66
Deduções da Receita Operacional	(55.944.308,86)	(45.867.369,24)
COFINS	(31.861.770,25)	(27.796.134,76)
PASEP	(6.916.991,35)	(6.034.687,15)
Cancelamentos/Devoluções	(11.629.344,56)	(10.395.534,83)
Descontos Concedidos	(5.536.202,70)	(1.641.012,50)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	379.844.545,70	332.720.459,21

NOTA 14 – CUSTO DOS SERVIÇOS

Os custos dos serviços apresentam a seguinte composição em 31 de dezembro:

afetando à pandemia do Corona vírus Covid-19, no Estado do Pará.
 A Cosanpa, por sua vez, adotou medidas preventivas em relação ao quadro de empregados, agindo tempestivamente na transferência de parte do corpo funcional para as atividades em home office, à exceção de um reduzido número de empregados, necessários ao funcionamento de suas atividades, não interrompendo a prestação de seus serviços e ainda adotando outras alternativas para solução dos problemas relativos ao abastecimento de água em várias áreas carentes como Projeto de Água para Todos.

O exercício de 2020 representou um relevante desafio para muitas Unidades de Serviços desta Companhia que foram afetadas com a redução do quadro funcional inclusive a Unidade de Contabilidade que conta com funcionários idosos e considerados de risco.

Atuamos de forma tempestiva e proativa para apoiar o governo no enfrentamento ao corona vírus (COVID-19) e ajudar a diminuir os efeitos provocados pela pandemia. A administração da Empresa está alertada e agindo de forma a assegurar sua sustentabilidade econômica-financeira, adotando medidas de contenção de gastos, otimização de recursos e minimização dos potenciais impactos financeiros, além daquelas voltadas à preservação da saúde dos empregados.

Cabe ressaltar, que o faturamento da Companhia foi afetado quanto à suspensão de cortes de consumo de água dos clientes inadimplentes, como medidas para redução de impacto econômico-financeiro. Assim como, a Companhia foi beneficiada com a redução dos Juros (Correção Monetária) sobre seus Passivos.

O cenário do exercício de 2020 está sendo analisado minuciosamente visando à continuidade do funcionamento com excelência das Atividades desta Cosanpa.

O mundo atravessa uma grave crise devido a rápida disseminação da COVID-19, onde teremos que analisar e minimizar as consequências sociais e econômicas da sociedade, empresas e Estado.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Em cumprimento ao que determina o Estatuto da Companhia de Saneamento do Estado do Pará - COSANPA e em conformidade com a legislação vigente, o Conselho Fiscal apresenta à insigne Assembleia Geral, para apreciação e aprovação, parecer do Conselho Fiscal, relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Após exame das Demonstrações Contábeis do Exercício de 2020 com informações relativas à situação econômica, financeira e patrimonial a nós encaminhado pela Diretoria da Companhia, constatamos as situações descritas em Ata de Reunião deste Conselho Fiscal, realizada em 30 de março de 2021, que merecem reconhecimento por parte da COSANPA.

Assim sendo, os Membros do Conselho Fiscal, abaixo identificados, com base no Relatório Contendo Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Fluxo de Caixa DFC, Demonstração do Valor Adicionado - DVA, Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis do Exercício de 2020 e Parecer dos Auditores Independentes, propõem a sua aprovação, com as recomendações indicadas na presente sessão.

Belém (PA), 30 de março de 2021.

IRENE DE OLIVEIRA E SOUSA JUNIOR

Conselheiro Titular

Presidente

HANA SAMPAIO GHASSAN

Conselheira Titular

RELATORIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Acionistas, Conselheiros, Diretores e Leais Administradores do

COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ – COSANPA

Estatal de Economia Mista – Sociedade Anônima de Capital Fechado

Prezados Senhores,

I – INTRODUÇÃO Examinamos as demonstrações contábeis da COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ – COSANPA ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações que compreendem o balanço abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

II – OPINIÃO COM RESSALVA

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ – COSANPA em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

III – BASE PARA OPINIÃO COM RESSALVA

Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa – PCLD

A Companhia adota como critério para reconhecer as perdas de créditos os valores relativos às faturas vencidas há mais de 180 dias, tanto em relação às faturas de particulares (residencial, comercial e industrial) como de órgãos públicos. Essas "provisões" são registradas em conta redutora do grupo Créditos a Receber, no Ativo Circulante.

Nos testes realizados, não foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente de que os valores individuais que compõem o saldo provisionado se enquadram nas condições de dedutibilidade física (conforme os artigos 9 e 10, da Lei nº 9.430/96 e o artigo 340, § 1º, inciso II, do RIR/99), e os possíveis efeitos das distorções não detectadas podem ser relevantes para o conjunto das Demonstrações Contábeis, já que o valor das perdas chega a aproximadamente 35% da exposição ativa da Companhia. Relativamente aos Créditos vencidos há menos de 180 dias e os créditos a vencer, embora a Companhia possua indicadores que apontam para um percentual de inadimplência de aproximadamente 30% da arrecadação em relação ao total faturado, não são estimadas e reconhecidas as expectativas de perdas para tais valores.

Sobre o assunto, cabe ressaltar, ainda, que embora a Administração tenha tecido comentários acerca dos impactos causados pela Pandemia do COVID-19 para a Companhia como um todo (Nota Explicativa nº 17), não houve um estudo acerca dos impactos específicos da pandemia na arrecadação dos Créditos a Receber. Essa apreciação seria necessária pois, em nosso entendimento, a principal ferramenta de cobrança da COSANPA – os cortes no fornecimento de água para os usuários – foram suspensos enquanto durasse a situação emergencial. Tal conjuntura provavelmente impactou diretamente no aumento da inadimplência em 2020. Todavia, conforme consignamos anteriormente, a Companhia não se debruçou especificamente sobre esses aspectos para fins de revisão das estimativas para mensuração das Perdas Estimadas.

Indeportunidade das transferências de Obras em Andamento para Imobilizado em Operação.

Do total da exposição ativa da Companhia, aproximadamente 85% dos valores em operação no grupos Intangível Líquido (R\$ 677.564 mil) e Obras em Andamento (R\$ 972.664 mil). Nos exames efetuados, não foi possível constatar controles internos que nos permitiriam concluir pela inexistência de distorções relevantes entre os saldos contábeis e os relatórios subsidiários mantidos pela Companhia. Verificamos que as últimas incorporações de obras ao patrimônio da COSANPA remontam a registros contábeis realizados no exercício de 2016, ainda que os relatórios de controle de Obras em Andamento da Diretoria Técnica apontem uma série de obras que apresentam estágio de medição em 100% e classificadas como "concluídas", conforme Relatório de Composição de Obras em Andamento em 31 de dezembro de 2020.

A falta de tempestividade na imobilização das obras já encerradas, acarreta o não reconhecimento de despesas de depreciação para tais ativos, ainda que esses ativos já estejam gerando benefícios econômicos ou potencial de serviços para a Companhia. Esse não reconhecimento, por conseguinte, impacta diretamente no resultado do exercício, majorando-o, já que não houve o lançamento das despesas efetivamente incorridas dos períodos.

Como consequência, não foi possível a aplicação de determinados procedimentos de auditoria que permitisse uma apreciação integral e adequada sobre os valores consignados nas respectivas rubricas e seus efeitos nas correspondentes contrapartidas patrimoniais e resultado.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do fornecedor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

IV – ÊNFASES

Corrosão do Capital Social por Prejuízos Acumulados

O capital social de R\$ 2.300.000 mil tem sido consumido sistematicamente por prejuízos recorrentes apurados ano após ano, como se constata R\$ 271.414 mil em 31/12/2020 (R\$ 248.485 em 31/12/2019) mil. Aludido cenário deficitário contrasta com a pressuposição de continuidade operacional aplicada na elaboração das demonstrações contábeis, consequentemente os saldos apresentados não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos valores de ativos ou quanto aos valores e a classificação de passivos que seriam requeridos quando constatada a impossibilidade da Companhia continuar operando. Os últimos dados apresentados sobre o desempenho econômico-financeiro da Companhia indicam uma razoável suscetibilidade de uma possível, senão provável descontinuidade operacional. Tais riscos de incertezas quanto à sua capacidade de continuidade operacional, vem sendo mitigados por sucessivos aportes de recursos financeiros efetuados pelo acionista controlador – o Governo do Estado – cuja política deve se perenizar durante os tantos exercícios futuros quantos sejam necessários para a absorção dos precitados prejuízos acumulados até a total restauração da integridade do Capital Social.

Contratos de Concessões não Renovados

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1 a Companhia presta serviços para 53 municípios do Estado do Pará, sendo que apenas 8 municípios estão com suas concessões regulares, 1 município tem concessão anterior à Lei do Saneamento, 34 municípios funcionam com convênio de cooperação e 10 municípios não têm acordo de cooperação e os contratos de concessão estão vencidos. Em dezembro de 2019 foi celebrado o 1º Novo Negócio da COSANPA em 20 anos, o Convênio de Cooperação com o município de Senador José Porfírio.

No exercício de 2015 foi celebrado o contrato de programa com o município de Belém e região metropolitana. Os contratos de concessão vigentes têm prazos que variam de 20 a 30 e atendem à Lei nº 11.445/07 do Marco Regulatório, que definiu novas regras de concessão de serviços públicos. De acordo com as Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.261/09 alterada pela 1.376/11, que aprovou a ITG 01 (R1) – Contratos de Concessão, em consonância a ICPC 01 (R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, os ativos de infraestrutura vinculados aos contratos de concessão devem ser classificados no Ativo Intangível.

A administração da Companhia, mantém no Ativo Imobilizado Técnico Líquido o montante R\$ 4.751 mil, correspondentes aos ativos de uso geral ou administrativos da Companhia. Não nos foi possível determinar os impactos do processo de adaptação dos contratos de concessão à nova lei do Marco Regulatório, e seus efeitos sobre os ativos intangíveis e imobilizados da Companhia.

Possibilidade de prescrição de Ativo Fiscal em função do cenário deficitário.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 5, a Companhia possui crédito de ativo fiscal diferido do imposto de renda e da contribuição social, calculados com base no saldo de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, no montante de R\$ 75.905 mil registrados no Ativo Não Circulante, cujos valores estão limitados ao total da provisão passiva de tributos diferidos calculada com base no saldo a realizar da Reserva de Reavaliação de Ativo Intangível. A realização dos saldos de créditos fiscais ativos depende da apuração de lucros tributáveis nos exercícios subsequentes e/ou de eventuais compensações com novos programas de parcelamentos do governo federal caso venha conceder tal permissão. Considerando que os resultados futuros podem não corresponder com as expectativas da administração da Companhia (que vem apresentando prejuízos sucessivos), os saldos dos ativos fiscais adicionais estarão sujeitos a ajustes contábeis com reflexo sobre os saldos das contas envolvidas do Ativo Não Circulante, Resultado do Exercício e Patrimônio Líquido.

Provisão para Passivos Contingentes

Conforme descrito nas notas explicativas nº 9 e 10 sob a rubrica de Provisão para Contingências, a administração da Companhia reconhece provisão para perdas sobre as contingências trabalhistas e cívicas com base nas avaliações de risco realizadas pela Procuradoria Jurídica. O montante das contingências contabilizadas foi de R\$ 52.830 mil, sendo classificado o valor de R\$ 16.256 mil (relativos ao Acordo Coletivo de Trabalho) no Passivo Circulante e R\$ 36.574 mil no Passivo Não Circulante. Na opinião dos consultores jurídicos e dos administradores os valores contabilizados são considerados suficientes para cobrir os prejuízos decorrentes das perdas nos processos. Dependendo das decisões finais nas demandas judiciais em tramitação, após sentenciadas, poderá ocorrer à necessidade de ajustes nas despesas para mais ou para menos sobre os valores dessas provisões para contingências, com reflexo sobre os saldos do Passivo Circulante e Não Circulante, Resultado do Exercício e Patrimônio

Necessidade de Formalização dos AFAC's

Conforme descrito na nota explicativa nº 12b, no exercício de 2020 foi recebido do acionista controlador, Governo do Estado do Pará, o montante de R\$ 405.636 mil destinados ao financiamento do custeio da Companhia (Energia Elétrica) e para investimento em obras de infraestrutura, os quais são considerados a título de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital. O saldo acumulado dos adiantamentos recebidos do acionista controlador para futuro aumento de capital, totalizam o valor de R\$ 1.287.635 mil.

Não existe formalização do compromisso e data estabelecida, através de assembleia dos acionistas, para a efetivação do aumento de capital mediante a incorporação dos adiantamentos recebidos para aumento de capital por parte do acionista controlador. A falta de formalização da natureza dos créditos por aumento de capital por parte do acionista controlador, bem como a falta de prazo contratual estabelecido em assembleia de acionista, pode gerar incerteza quanto à efetivação do aumento de capital mediante a incorporação dos referidos créditos, com reflexos sobre os saldos do Passivo Não Circulante e Patrimônio Líquido.

Seguro de eventuais sinistros

Conforme mencionado na nota explicativa nº 16, a Companhia não possui cobertura de apólice de seguro em vigência que garanta indenização em caso de eventual sinistro sobre seus bens patrimoniais: prédios, equipamentos, móveis e utensílios e instalações.

V – PRINCIPAIS ASSUNTOS DE AUDITORIA

Os Principais Assuntos de Auditoria (PAA's) são aqueles que, reputamos de maior relevância em função de sua materialidade financeira ou sua complexidade operacional, conforme o caso, a partir de nosso julgamento profissional, os quais foram considerados os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis tomadas em conjunto com as notas explicativas e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

5.1 Inexistência de uma Solução de ERP

A Companhia não possui sistema integrado de gestão, baseado numa plataforma de ERP (Enterprise Resource Planning) que viabilize a integração das informações contábeis, patrimoniais, financeiras, administrativas e de departamento de pessoal, visando obter informações fidedignas geradas por estes setores. Atualmente, a Companhia opera com três tecnologias de banco de dados: PostgreSQL no sistema comercial, Oracle no sistema de RH e ADABAS nos sistemas de mais antigos. Os fechamentos destes sistemas são realizados por importações de arquivos texto. Essas importações podem trazer consigo inconsistências que não vêm sendo identificadas ao longo dos exercícios, uma vez que as conciliações desenvolvidas pela companhia não contemplam a totalidade das operações realizadas, tendo em vista sua complexidade, volume e quantidade de dados.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, entrevistas, controles de alçadas, gerenciamento de senhas, tudo visando perfeito o entendimento sobre o modelo sistêmico entre os módulos da Companhia, com fito na avaliação da eficácia e eficiência das principais interfaces utilizadas, buscando implementar cruzamentos de informações geradas nos aludidos módulos e o efetivo registro contábil.

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram também a avaliação das divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis.

Provisões para demandas judiciais – tributárias, cíveis e trabalhistas

Conforme divulgado na nota explicativa 9 e 10, e nossa ênfase 4.4 a Companhia é parte envolvida em diversos processos de natureza tributária, cível e trabalhista decorrentes do curso normal dos negócios. As estimativas de perdas são avaliadas periodicamente pela Administração, que levam em consideração a opinião dos assessores jurídicos que patrocinam as causas.

Algumas leis e regulamentos no Brasil tem elevado grau de complexidade o que aumenta o risco inerente ao litígio. Assim sendo, a avaliação da exposição, a mensuração, reconhecimento e divulgação das provisões e passivos contingentes, relativas a esses processos requer significativo julgamento profissional, o que pode resultar em mudanças substanciais nos saldos das provisões quando fatos novos surgem ou à medida que os processos são analisados em juízo, conforme ocorrido neste exercício. Uma vez que provisões para demandas judiciais envolvem julgamento da Administração, ainda que com apoio de assessores jurídicos, consideramos este tema um dos principais assuntos de auditoria, também levando em consideração o volume dos processos existentes e a relevância dos valores envolvidos. Mudanças nos prognósticos e/ou julgamentos críticos da Administração sobre as probabilidades de êxito podem trazer impactos relevantes nas demonstrações contábeis.

Como nossos auditores abordaram esse assunto?

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envio de cartas de circularização para os advogados na data-base de 31 de dezembro de 2020, análise histórica e comparativa de causas similares, pesquisa através de inteligência robótica que busca pelo CNPJ(MF) diretamente junto aos "sítios" dos diversos Tribunais, o registro de ações impetradas, por ventura ainda não citadas ao polo passivo para cotejamento da efetividade operacional e implementação dos controles internos relacionados à identificação, à avaliação, à mensuração e à divulgação das Provisões e Passivos Contingentes. Supletivamente, com base em testes de substância e de observância, avaliamos a suficiência das provisões reconhecidas e dos valores de contingências divulgados, por meio da avaliação dos critérios e premissas utilizadas e metodologia de mensuração, considerando ainda a avaliação dos assessores jurídicos da Companhia, bem como mediante dados e informações históricas acerca de mérito e jurisprudência a ser consideradas. Este trabalho incluiu também analisar se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis estão de acordo com as regras aplicáveis, segundo o arcabouço normativo do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, notadamente a NBC TG 25(R2) e, se forneceram informações sobre a natureza, a exposição e os valores provisionados ou divulgados, relativos aos principais assuntos fiscais, cíveis e trabalhistas em que a Companhia está envolvida.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as provisões para demandas judiciais – tributárias, cíveis e trabalhistas, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas adotados para a determinação da probabilidade de perda associada as causas, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 9 e 10, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis.

VI – RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO E DA GOVERNANÇA CORPORATIVA PELAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

VII – RESPONSABILIDADE DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Independenteamente se causada por fraude ou erro, emite-se, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Concluimos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossa conclusão está fundamentada nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou

assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

VIII – OUTROS ASSUNTOS – RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A administração da Companhia é responsável por essas informações que compreendem o Relatório de Gestão equivalente ao Relatório de Administração no âmbito Societário. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais não abrange o Relatório de Gestão e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório de Gestão e, ao fazê-lo considerar se esse quando tomado em conjunto com as demonstrações contábeis e notas explicativas está, de forma relevante, inconsistente com as precitadas demonstrações ou com o cenário econômico-financeiro observado na auditoria ou, de outra forma aparenta estar distorcido de forma relevante. Se com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório de Gestão, somos requeridos a comunicar esse fato. Neste sentido não temos nada a relatar.

IX – DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA

Examinamos também a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da Administração da COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ – COSANPA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

X – AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentadas exclusivamente para fins de comparabilidade, foram examinadas pelos mesmos auditores independentes, cujo relatório foi emitido em 10 de março de 2020, com modificação de opinião por ressalvas e complementado por ênfases.

Belém/PA, 11 de março de 2021

AUDIMEC – AUDITORES INDEPENDENTES S/S

CRUC/PE 000150/O“S”PA

Luciano Gonçalves de Medeiros Pereira

Contador - CRC/PE 010483/O-9 “S”PA

Sócio Sênior – CNAI 1592

Phillipe de Aquino Pereira

Contador - CRC/PE 028157/O-2 “S”PA

CNAI 4747

Thomaz de Aquino Pereira

Contador - CRC/PE 021100/O-8 “S”PA

CNAI 4850